



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2020

1 Aos vinte e sete dias do mês de julho do ano de 2020, às dezesseis horas e quinze  
2 minutos, reuniram-se por videoconferência no aplicativo Zoom, os conselheiros  
3 constantes na lista de presença em anexo e os demais presentes como ouvintes. O  
4 Presidente Wagner iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e esclareceu  
5 que estavam presentes da reunião 12 conselheiros, sendo dois desses suplentes  
6 que estavam apenas participando da reunião. Diante disso, o Presidente fez a leitura  
7 da pauta do dia e entrou no item **“1) Justificativa de Ausências:** Encaminharam  
8 por meio do e-mail do Conselho Municipal do Meio Ambiente a justificativa de  
9 ausência a conselheira Flavia Solci, representante da COHAB. O conselheiro Yuri  
10 pediu a palavra, a fim de solicitar a inclusão do ofício de solicitação do COMUPDA  
11 em relação a razão na pauta, visto que não foi necessário deliberar especificamente  
12 sobre o assunto pois estava contemplado no plano de aplicação da SEMA,  
13 entretanto com a nova situação do fundo é necessário rever e deliberar de alguma  
14 forma sobre essa situação. O presidente Wagner explicou que ficou definido em  
15 outra reunião que esse assunto seria encaminhado ao conselho específico de  
16 animais, mas que ainda não foi redigido nenhum ofício. Diante disso, entrou-se no  
17 item **“2.1) Ofícios Recebidos: a) Ofício Resposta CMTU:** O presidente esclareceu  
18 que o ofício resposta enviado pela CMTU foi em vista a solicitações e  
19 recomendações feitas pela Câmara Técnica de Saneamento e Recursos Hídricos à  
20 CMTU em relação as cooperativas de reciclagem diante da pandemia. E informou  
21 que o ofício será repassado para a Câmara Técnica de Saneamento e Recursos  
22 Hídricos e explicou para conhecimento de todos os conselheiros que diante das  
23 solicitações e recomendações a CMTU respondeu que muitas delas já estão sendo  
24 atendidas e que desde o início da pandemia estão sendo praticadas; **b) Ofício**  
25 **78/2020 – SEMA:** O Presidente Wagner esclareceu que o ofício 78/2020 enviado  
26 pela Secretaria Municipal do Ambiente diz respeito a uma informação prestada pelo  
27 Secretário José Roberto em relação a autorização do cadastramento do projeto de  
28 revitalização e requalificação urbana do Parque Arthur Thomas no montante de R\$



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2020

29 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais). Diante disso, o presidente passou a  
30 palavra para o Secretário José Roberto Behrend que ao compartilhar a tela  
31 esclareceu que durante o ano de 2019 foram abertos dois editais onde houve a  
32 possibilidade de buscar recurso para ser utilizado como investimento em unidade de  
33 conservação, dentre os dois editais, um deles foi vinculado ao Ministério da Justiça e  
34 o outro vinculado ao Ministério do Turismo. Em relação ao Ministério do Turismo foi  
35 feita uma proposição de todas as possíveis intervenções necessárias dentro do  
36 parque e foi autorizado um valor de recadastramento R\$ 830.000,00 (oitocentos e  
37 trinta mil reais), então o primeiro projeto seria o que já foi discutido dentro do plano  
38 de aplicação sendo uma das fases de melhoria e intervenção na área externa e de  
39 segurança patrimonial do parque. O secretário complementou que o denominado  
40 anexo, localizado no lado direito para quem está chegando no Parque Arthur  
41 Thomas necessita algumas melhorias em termos de segurança e acesso, não sendo  
42 uma área de visitação mas sim cercada densamente pela urbanização e um lugar de  
43 maior quantidade de incidência de evasão de animal silvestre e de inserção de  
44 animal doméstico dentro da unidade, tratando-se de um dos aspectos de segurança  
45 e prevenção em termos de contingenciamento de animais, então com a abertura e  
46 aprovação do Ministério do Turismo de R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais)  
47 consegue-se fazer a inserção e a continuação da área externa, visto que se tem  
48 uma área externa muito grande do parque sendo necessário a melhoria tanto para  
49 evitar que animais silvestres saiam do parque e animais domésticos entrem no  
50 parque e segurança patrimonial visto que já houve incidentes de roubo, furto e  
51 armadilhas identificadas dentro da unidade, fazendo parte do planejamento para  
52 evitar que essas situações continuem a ocorrer. A questão dos dois projetos era  
53 para demonstrar que essa seria a etapa que ficou para o Ministério do Turismo,  
54 sendo que a secretária vai dividir em duas licitações, uma vinculada ao Ministério do  
55 Turismo e outra com recurso próprio do Fundo Municipal do Meio Ambiente; **c)**  
56 **Recomendação da SGM:** O Presidente indicou que a recomendação enviada pela



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2020

57 SGM diz respeito a Processos sem conclusão no Sistema Eletrônico de Informações  
58 SEI, sendo em relação ao CONSEMMA dois processos pendentes de conclusão,  
59 mas que foi encaminhado a informação respondendo que eles deveriam continuar e  
60 portanto não poderiam ser encerrados; **d) Ofício 382/2020 – COHAB:** Wagner  
61 explicou que o ofício 382/2020 enviado a COHAB diz respeito ao desligamento e  
62 substituição da conselheira Odete Aparecida Alves pela conselheira Flavia Solci; **e)**  
63 **Ofício 90/2020 – SEMA:** O Presidente informou que o ofício 90/2020 enviado pela  
64 SEMA solicita informações a respeito das substituições e da paritariedade dos  
65 membros do setor público e da sociedade civil e será encaminhado a Câmara  
66 Técnica de Assuntos Jurídicos para ser respondido. Wagner passou a palavra para  
67 o secretário José Roberto que esclareceu que acredita que o tema recurso público e  
68 Fundo Municipal do Meio Ambiente tem gerado alguns desgastes que poderiam ser  
69 melhor contornados, visto que todos buscam o mesmo ponto em comum e o  
70 principal que deveria estar sendo discutido é que todos estão buscando utilizar os  
71 recursos para o Meio Ambiente e não retirar o recurso do meio ambiente para ser  
72 utilizado em outra área, mas em relação as últimas reuniões e os posicionamentos  
73 que foram sendo levados decorrente disso, hoje uma das questões que precisa ser  
74 discutida visto que todo conselho é paritário e há uma divergência entre os membros  
75 do governo e os membros que não são do governo e para dar maior segurança para  
76 todos é uma das posições que a secretaria deseja que fosse discutido seja através  
77 de algum mecanismo de compensação ou de redução. O secretário complementou  
78 que há um grupo de membros do governo que são aqueles que há uma capacidade  
79 mais fácil, rápida e direta para poder interceder para participar mas existem outros  
80 membros que foram colocados em 1991 mas houve declínios ou posicionamentos  
81 de não estar participando, o que influencia diretamente nas discussões e nas  
82 votações, sendo legítimo e justo que se faça a compensação até para se ter  
83 segurança em relação a esse item. A conselheira Renata questionou ao Secretário  
84 se em relação a convocação das pessoas do setor público que seriam os 50% da



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2020**

85 paridade de membros do CONSEMMA, houve alguma solicitação via ofício e algum  
86 declínio efetivamente formalizado e se houve algum contato na Câmara Municipal de  
87 Londrina pois como consta no Código Ambiental essa questão da paridade e há a  
88 impossibilidade de formar todo o CONSEMMA por conta da composição prevista em  
89 lei, se existe alguma previsão de alteração da legislação. O Secretário José Roberto  
90 esclareceu que em relação as composições anteriores, houve um declínio do  
91 Ministério Público e existe um dos itens que deveria se elevar a discussão tanto da  
92 representação dos conselheiros no conselho e seus papéis em cada seguimento, o  
93 Ministério Público é um órgão que vai cobrar a aplicação e por isso houve um declínio  
94 de sua participação. José Roberto complementou que teoricamente é a mesma  
95 questão com relação a Câmara de Vereadores, como se tem a divisão executivo,  
96 legislativo e judiciário e o conselho é um braço de suporte as ações do executivo  
97 para se manter essa divisão entre os três poderes. O secretário informou que já  
98 existe um projeto de lei, sendo necessário ir atrás para encaminhar com o objetivo  
99 de resolver essa questão e por isso sua sugestão de colocar dentro do decreto que  
100 seria uma alternativa momentânea de fazer a composição e por ventura não haver a  
101 indicação de algum membro seja do executivo estadual e federal se faça um  
102 realinhamento e recomposição e caso contrário alguns que hoje estão como titular  
103 entrariam como suplente para manter a paritariedade. O secretário complementou  
104 que uma outra sugestão seria o próprio conselho encaminhar um pedido para a  
105 Câmara Municipal para se faça a atualização da lei. A conselheira Renata explicou  
106 que como este ofício 90/2020 – SEMA será encaminhado para a Câmara Técnica de  
107 Assuntos Jurídicos, será pesquisado a situação do projeto de lei e os  
108 questionamentos, mas de antemão solicitou para a estagiária e para o Presidente se  
109 foi encaminhado ofícios para esses órgãos públicos que estão com a cadeira vaga e  
110 suas respostas ou justificativas para serem analisados antes da emissão do parecer  
111 da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. O Presidente Wagner esclareceu que  
112 solicitou para a estagiária fazer o levantamento desses ofícios, e informou que foram



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2020

113 encontrados os ofícios emitidos mas não todas as respostas, apenas no Ministério  
114 Público. Wagner informou que em relação ao Ministério Público o entendimento é o  
115 mesmo apresentado pelo secretário José Roberto e que aos demais órgãos IBAMA,  
116 IAP representante da antiga SEMA – Estadual, Polícia Ambiental e a Câmara  
117 Municipal de Londrina foram feitos novos ofícios para que eles indiquem seus  
118 representantes. O Presidente Wagner solicitou ao secretário José Roberto a minuta  
119 da lei que está sendo alterada. O Secretário indicou que é necessário resgatar no  
120 governo a informação, visto não ser de sua gestão, para poder encaminhar. e)  
121 **Decreto 780/2020:** O Presidente informou que um último ofício recebido foi o  
122 encaminhado pela SEMA para ciência dos conselheiros em relação ao Decreto  
123 780/2020, que diz respeito a regulamentação do Fundo Municipal do Meio Ambiente.  
124 O Secretário informou que a questão do decreto é um dos assuntos decorrentes da  
125 aprovação do Plano de Aplicação e alguns conselheiros possuem entendimento  
126 divergente que é natural devido a toda a discussão e aos posicionamentos acerca  
127 do plano em especial aos representantes da sociedade civil e setor produtivo, o  
128 secretário esclareceu que o plano de aplicação foi feito levando em consideração  
129 todas as demandas existentes no dia a dia e uma das principais demandas é a  
130 advinda de diversas associações de moradores e presidentes de bairros. O  
131 secretário solicitou se possível despersonalizar as ações do encaminhamento das  
132 reuniões e tentar levar as representações existentes, e durante o decorrer de todos  
133 os encaminhamentos houve uma coação de alguns decorrente do posicionamentos  
134 levados diante de suas representações. O Secretário complementou que baseado  
135 em todas as discussões que foram feitas, até para dar segurança a todos que  
136 votaram, a secretaria tentou esclarecer o que está no plano de aplicação e a forma  
137 que já se vinha executando os recurso do fundo baseado em duas contas de receita,  
138 uma de receita recorrente baseado em um imposto que é utilizado para custeio da  
139 administração pública e outra de uma natureza tributária diferenciada que seria as  
140 multas, a intenção do regulamento até então uma lei de 1991 deixa claro que o



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2020**

141 recurso é público, do município, sendo a Secretaria Municipal do Ambiente obrigada  
142 a executar e demais entes tem a possibilidade de executar as possibilidades e as  
143 formas de utilização. José Roberto esclareceu que nas reuniões houve divergências  
144 conceituais, então como exemplo, a execução do serviço de arborização é a  
145 contratação de um serviço e não de um projeto, então a própria lei de arborização  
146 em seu artigo 100 fala que poderia ser utilizado de fundos para fazer frente ao  
147 investimento para executar as ações de plantio, erradicação, destoca, não sendo  
148 sempre um projeto mas um serviço. Então a intenção era dar segurança a todos os  
149 conselheiros, não sendo retirada a competência dos mesmos em termos de onde  
150 utilizar, mas a segurança para poder ser feito os encaminhamentos das aprovações  
151 de maneira que todos tenham tranquilidade no momento de votar e evitar que o  
152 posicionamento de algum membro possa se valer em relação aos outros para a  
153 tomada de decisão representando o setor pelo qual foi nomeado para estar  
154 representando. O presidente Wagner esclareceu que está posto a explicação do  
155 Secretário em relação ao seu entendimento quanto a questão da segurança e  
156 explicou que houve uma reunião da Câmara Técnica do Fundo Municipal, sendo  
157 também um dos assuntos da pauta. Diante disso, adiantando os assuntos de pauta  
158 o Presidente passou a palavra para o conselheiro Felipe integrante da Câmara  
159 Técnica, visto que o coordenador da Câmara Raimundo não conseguiu entrar na  
160 reunião. O conselheiro Felipe informou que a Câmara Técnica do Fundo Municipal  
161 entendeu que deveria constar no decreto para não restar dúvida que permanece ao  
162 CONSEMMA deliberar sobre o plano de aplicação, aparentando ser um pouco  
163 ambíguo a forma como a redação se encontra, propondo assim a solicitação ao  
164 Secretário de emenda de um dos artigos a fim de ficar mais claro. Outra questão é  
165 que o plano de aplicação vai ser reexaminada conforme estabelecido na última  
166 plenária. A conselheira Renata explicou, como convidada da reunião da Câmara  
167 Técnica do Fundo Municipal, que na reunião ficou acordado tanto como na última  
168 reunião extraordinária quando foi proposto o reexame da decisão dia 25/05/2020



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2020**

169 que aprovou o plano de aplicação, que seria promovida outra reunião no dia  
170 30/07/2020 (quinta-feira) com todos os coordenadores das Câmaras Técnicas do  
171 CONSEMMA para se fazer a análise do plano de aplicação de acordo com o que foi  
172 proposto pela SEMA, assim como a verificação e a aplicação desse recurso  
173 conforme o que a SEMA mencionou ou se será reexaminado como um todo, para a  
174 reunião no dia 30 as 18:30 será encaminhado o plano de aplicação proposto pela  
175 SEMA por meio do ofício 23/2020. Com relação ao decreto, a conselheira Renata  
176 informou que foi colocado e assinado pelo Secretário, pelo Secretário de Governo e  
177 pelo Prefeito a aplicação dos recursos de acordo com os pontos propostos pelo  
178 plano de aplicação que foi encaminhado para o CONSEMMA em abril e questionou  
179 o secretário se pela forma como consta e a forma como foi emitido o decreto se  
180 basicamente restringe inclusive as diretrizes que o próprio CONSEMMA pode avaliar  
181 o plano de aplicação enviado pela secretaria e analisando o plano de aplicação e o  
182 decreto, o decreto é os pontos que constam no plano de aplicação, não constando  
183 por exemplo nos artigos 2º e 3º a utilização desses recursos do fundo para recursos  
184 hídricos, saneamento ou algo relacionado nesse sentido, inclusive para a  
185 conservação não apenas para a arborização, mas para a conservação vegetal do  
186 Município, além disso existe um problema já levantado outras vezes que é a  
187 situação de Fundo de Vale e não sabe onde isso se enquadraria no artigo 3º como  
188 área prioritária para aplicação dos recursos do Fundo. Com relação a decisões de  
189 âmbito pessoal a conselheira informou que acredita não ser o caso de nenhum dos  
190 conselheiros integrantes do CONSEMMA, porque todos são profissionais e  
191 conseguem separar literalmente tanto a profissão quanto os pontos que são  
192 avaliadas pelo conselho. O Secretário José Roberto informou que em relação aos  
193 itens do decreto existe uma lei federal do Fundo que tem áreas prioritárias em  
194 unidade de conservação, então tentou-se seguir as áreas a nível federal e buscou  
195 para a realidade local, sendo a base para a elaboração do decreto e foi levado em  
196 consideração prioritariamente áreas ligadas diretamente a diretoria de áreas verdes,



## **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

### **ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2020**

197 de controle ambiental e de bem-estar animal, dentro do grande aspecto das grandes  
198 áreas estariam sendo inclusos todos os elementos, por exemplo, dentro das áreas  
199 verdes a gestão de recursos hídricos estando em seu entendimento plenamente  
200 satisfeito dentro dessa áreas. O secretário complementou que nada impede que seja  
201 levado até o governo a proposição de mudança e melhoria e com relação a critérios  
202 pessoais o secretário solicitou que fosse observado na reunião do dia 30 que por  
203 exemplo, todos os que são ligados a associação civil buscassem juntos aos seus  
204 representantes ou representados para analisar dentro do plano de aplicação, visto  
205 que a intenção do plano de aplicação foi levar em consideração o encaminhamento  
206 de se atender todas as grandes áreas possíveis, então todos os que representam  
207 associações de moradores buscarem informação junto aqueles que estão  
208 representando para votar nessa reunião de acordo com o que esta se buscando,  
209 igualmente os outros órgãos. O secretário reforçou que há 4 meses estamos em um  
210 período de pandemia, toda a sociedade parou e hoje se tem efetivamente  
211 aproximadamente R\$ 5.400.00,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais) no Fundo  
212 Municipal hoje e que ter um plano de aplicação não quer dizer que a secretaria não  
213 pode alterá-lo. Finalizando sua fala, o secretário José Roberto questionou com o  
214 objetivo de ser discutido na reunião do dia 30, o que os setores representados  
215 querem e podem ser modificados dentro do processo, e que todos levem em  
216 consideração o que os representados estão esperando e se configure em projeto e  
217 que a aplicação da SEMA foi de proposição dos recursos da área ambiental e  
218 reforçou o compromisso do Prefeito e de todos que participaram da elaboração da  
219 discussão e da aprovação, o Prefeito em momento algum está tentando tirar o  
220 dinheiro da área ambiental visto que vem cobrando a aplicação, sendo o Parque  
221 Arthur Thomas um exemplo clássico disso. O secretário enalteceu o conselheiro  
222 Gerson, em relação ao evento incomum de um ciclone a alguns dias atrás tendo  
223 como consequência uma devastação da região sul e foi principalmente atingida  
224 como por exemplo Maringá com a queda de 72 árvores e Londrina não houve





## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2020

225 nenhum dano, sendo um dos exemplos de onde está sendo investido os recursos  
226 em pró da melhoria de vida e que se o plano precisa de melhoria a intenção de  
227 melhorá-lo. O secretário também enalteceu a fala da conselheira Solange nas última  
228 reunião que melhor externalizou, estrategicamente falando que o que se busca é  
229 manter esse recurso com a SEMA, em um momento de pandemia que pode haver  
230 uma piora no quadro econômico os recursos que estiverem sem finalidade  
231 especifica para ser aplicado serão os primeiros recursos a serem remanejados. O  
232 conselheiro Yuri comentou que o Secretário informou que o decreto era para  
233 resguardar os próprios conselhos, mas que sua impressão é de que foi tirado do  
234 CONSEMMA o “poder” de decisão em relação por exemplo a aplicação do fundo e  
235 questionou como os conselheiros poderão deliberar sobre isso no dia 30, se o  
236 decreto já está valendo. O Secretário José Roberto esclareceu que a lei fala que é  
237 competência do conselho decidir a aplicação, o decreto não retira isso mas dá  
238 segurança a todos em relação as áreas possíveis se serem aplicados, com  
239 possibilidade de apresentação de projetos, discussão e aprovação sem  
240 questionamentos de que uma eventual área pode e outra não pode ser aplicado. O  
241 Presidente Wagner esclareceu que provavelmente na reunião do dia 30 além das  
242 situações levantadas pelo Secretário, será resgatado aquilo que foi resultado da  
243 Conferência do Meio Ambiente do ano passado desde que plausíveis, e levantados  
244 os planos que já existem na área ambiental oficializados, a fim da Câmara Técnica  
245 ter subsídio para um estudo mais aprimorado do plano de aplicação e todos  
246 refletirem melhor a respeito do plano de aplicação. O Presidente acrescentou que o  
247 Secretario está ajudando a somar, procurando uma forma de aplicação dos recursos  
248 do fundo e que está aberto a conversas e após a reunião do dia 30/07/2020, dentro  
249 de seu resultado, o conselho deseja se reunir com o Secretário para discutir o  
250 assunto do plano para que toda a comunidade do CONSEMMA possa se harmonizar  
251 novamente e que o conselho possa somar junto a Secretaria em relação a essas  
252 situações. Entrou-se no item **“Informes Gerais”**: Wagner questionou se a



## CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2020

253 conselheira Renata, coordenadora da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, tinha  
254 algo para comentar em relação a Câmara Técnica. A conselheira informou que até o  
255 momento não tinha nenhuma novidade e que os processos que foram para  
256 julgamento estão sendo analisados pela última vez e na próxima reunião talvez se  
257 tenha alguns processos para serem aprovados. O conselheiro questionou se os  
258 outros coordenadores teriam novidades. O coordenador Angelo comentou que em  
259 relação a Câmara Técnica de Saneamento e Recursos Hídricos, foram enviados os  
260 ofícios encaminhados para a Sanepar e a CMTU e suas respostas a todos os  
261 conselheiros para conhecimento. O Presidente Wagner explicou que não havia nada  
262 para deliberar na reunião, visto que não havia quórum suficiente. Não havendo mais  
263 assuntos, a reunião se encerrou às dezessete horas e trinta e cinco minutos, sendo  
264 lavrada a presente ata que, se lida e achada de acordo, segue assinada por mim,  
265 Maria Eduarda Peres França, estagiária, designada, pelo Presidente do  
266 CONSEMMA, **Wagner Luiz Kreling** (Biênio 2020/2021).